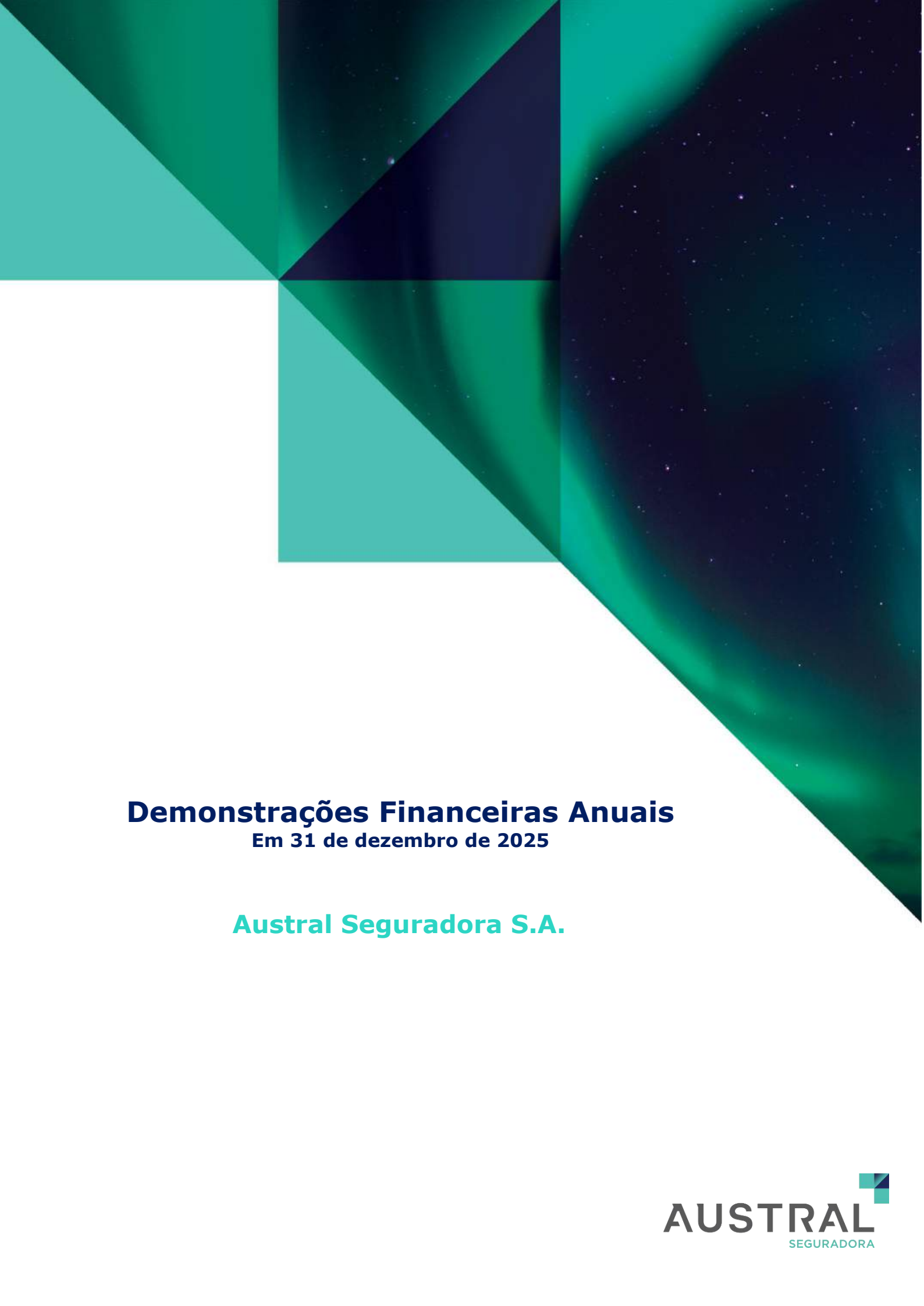




Demonstrações Financeiras Anuais

Em 31 de dezembro de 2025

Austral Seguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais

31 de dezembro de 2025

Sumário

Relatório da Administração	03
Relatório do Comitê de Auditoria	07
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	09
Relatório dos auditores atuariais sobre as demonstrações financeiras	14
Balanços Patrimoniais	16
Demonstrações dos Resultados	18
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	19
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	20
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais	22

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Contexto Organizacional

A Austral Seguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros corporativos especializados nos ramos de Seguro Garantia, Riscos de Petróleo, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados e Operacionais, Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O), Responsabilidade Civil - Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil Profissional (E&O).

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras para seus clientes e na transferência de risco para seus parceiros.

Em 16 de maio de 2025, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento financeiro para seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FRS) "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "a-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o rating atual reflete a solidez financeira e elevada força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "strongest". O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos, os resultados positivos do período e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de resseguro para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Seguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	1.229,4	1.161,8	67,6	5,8%
Prêmios Ganhos	1.126,1	1.181,4	(55,3)	(4,7%)
Sinistros Ocorridos	(224,0)	(299,8)	75,8	(25,3%)
Despesas Administrativas	(48,4)	(44,3)	(4,1)	9,3%
Resultado Financeiro	23,8	15,9	7,9	49,7%
Lucro líquido do exercício	53,0	43,4	9,6	22,1%
Patrimônio líquido	274,7	270,0	4,7	1,7%
Índice de Despesas Administrativas	3,9%	3,8%		0,1 p.p.
Índice de Sinistralidade	19,9%	25,4%		(5,5 p.p.)
Índice Combinado	97,1%	97,2%		(0,1 p.p.)

Prêmios

Os prêmios emitidos líquidos da Companhia atingiram o valor de R\$ 1.229,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentando um aumento de 5,8% frente aos R\$ 1.161,8 milhões registrados no mesmo período em 2024. O principal aumento das receitas neste período foi proveniente do ramo de Garantia, com um aumento de 20,2%.

Sinistralidade

Destaque para a baixa sinistralidade do ramo Garantia que registrou um impacto de apenas 1,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (0,3% em 31 de dezembro de 2024). A cia registrou uma sinistralidade de 19,9% no exercício de 2025 (-5.5p.p. em relação ao ano de 2024), dentro das expectativas de planejamento e com expressiva cessão aos resseguradores de primeira linha.

Despesas Administrativas

O controle das despesas administrativas continua sendo um pilar importante para a eficiência da Companhia, em 2025 a cia manteve as despesas administrativas controladas, onde o índice de despesas administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 3,9%, em linha com o ano de 2024. E registrou um aumento de 9,3% em relação ao mesmo período de 2024.

Resultado Financeiro

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia alcançou um resultado financeiro de R\$ 23,8 milhões, em comparação com R\$ 15,9 milhões no mesmo período de 2024. Desconsiderando o efeito dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) desta categoria, a Austral reportou um resultado financeiro de R\$ 44,0 milhões para o exercício de 2025, superando os R\$ 33,4 milhões registrados em 2024.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Lucro e Patrimônio Líquido

Como consequência dos fatores destacados acima, a Companhia apresentou um crescimento de 22,1% no lucro líquido em 2025, atingindo R\$ 53,0 milhões (R\$ 43,4 milhões no mesmo período em 2024). O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 274,7 milhões (R\$ 270,0 milhões em 31 de dezembro de 2024) representando um crescimento de 1,7% e o ativo total atingiu o montante de R\$ 3.213,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.868,2 milhões em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia reforça seu comprometimento constante com a melhoria dos processos operacionais e o desenvolvimento de controles e com a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia planeja manter sua trajetória de crescimento rentável e presença relevante nos mercados em que atua, mantendo uma política de subscrição baseada nas melhores técnicas, com estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Distribuição de Dividendos

De acordo com o seu Estatuto Social, a companhia possui uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão da digitalização das atividades da Companhia, assim como o desenvolvimento de novos processos digitais. Em 5 de Maio de 2025 a Companhia distribuiu 30 milhões em dividendos para a Austral Participações.

Indicadores de Gênero

A Companhia adota a promoção da equidade de gênero, diversidade e inclusão, alinhada às melhores práticas de governança corporativa, aos princípios ESG e à legislação vigente.

A administração entende que um ambiente plural promove inovação e expande as visões de gestão da Companhia. Além disso, uma cultura organizacional saudável e acolhedora fortalece o bem-estar dos colaboradores, aumentando a segurança, a satisfação e, consequentemente, produtividade e resultado. Trabalhar na redução da desigualdade gera impactos no longo prazo para o setor segurador, ampliando sua penetração e mitigando riscos socioeconômicos que influenciam em sinistralidade.

Quantidade e Proporção de Mulheres por Nível Hierárquico

Nível Hierárquico	2024			2025		
	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres	Total de Empregados	Mulheres	% Mulheres
CEO	1	-	-	1	-	-
Diretor (a) ¹	4	1	25%	4	2	50%
Gerente	14	5	36%	13	7	54%
Coordenador (a)	9	6	67%	8	5	63%
Especialista	5	3	60%	3	2	67%
Analista	50	33	66%	52	33	63%
Assistente	4	1	25%	3	1	33%
Estagiário	6	4	67%	13	3	23%

Mulheres em Cargos da Administração

Órgão	2024			2025		
	Total de Cargos	Mulheres	% Mulheres	Total de Cargos	Mulheres	% Mulheres
Conselho de Administração ²	3	-	-	3	-	-
Diretoria Estatutária ¹	5	1	20%	5	2	40%
Total Administração	8	1	13%	8	2	22%

Demonstrativo de Remuneração por Sexo (Cargos)

Nível Hierárquico	Proporção de Remuneração Total Média entre Homens e Mulheres	
	2024	2025
CEO	n/a	n/a
Diretor (a)	0,87	0,94
Gerente	1,04	0,88
Coordenador (a)	0,86	0,98
Especialista	1,02	1,06
Analista	0,98	0,98
Assistente	1,05	1,07
Estagiário	1,00	1,00

¹ Há 1 (um) processo de aprovação prévia em trâmite perante a SUSEP para a eleição de 1 (uma) diretora do gênero feminino, tal indicação encontra-se refletida no indicador.

² O Conselho de Administração da Austral Participações S.A., única acionista da Companhia, tem em sua composição 2 (duas) conselheiras do gênero feminino.

Evolução Comparativa dos Indicadores

Indicador	Exercício Anterior - 2024	Exercício Atual - 2025	Variação
% Mulheres – Total	53	52	(2%)
Alta liderança	1	1	-
Gerente	5	7	40%
Coordenador (a)	6	5	(17%)

Agradecimentos

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.

Administração.

Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Seguradora S.A. (“Austral Seguradora” ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo

gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data.

O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente, outros Diretores da Austral Seguradora e com os responsáveis pelas áreas de Auditoria Interna, Riscos e Conformidade, não tendo sido identificada a necessidade de recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

Sendo assim, cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, não identificou evidências de deficiência nos controles internos e entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. atendem aos requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente.

O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano de 2025, findo em 31 de dezembro de 2025 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A., correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2026.

Laenio Pereira dos Santos
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Elizabeth Viera Valente Bartolo
Membro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Austral Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas atuariais de contratos de seguros e ativos de resseguro

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos constituídos de provisões técnicas atuariais decorrentes dos contratos de seguros e ativos de resseguros decorrentes dos riscos cedidos, estimados com base em julgamento profissional realizado por parte da diretoria na definição das metodologias e premissas, tais como: sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, despesas relacionadas aos riscos assumidos, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

A avaliação dessas metodologias e premissas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos, da subjetividade e da complexidade do processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, à provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos e premissas atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros e ativos de resseguros decorrentes dos riscos cedidos firmados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (ii) a realização de testes de integridade, completude e consistência, em bases amostrais, das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas e dos respectivos ativos de resseguros decorrentes dos riscos cedidos; (iii) a realização de cálculos independentes sensibilizando as principais premissas utilizadas; (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras; e (v) avaliação do desenho dos controles relacionados à provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planeamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O

Relatório do auditor atuarial sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 11.521.976/0001-26

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

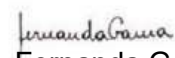
Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11


Fernanda Gama
Atuária - MIBA 947

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante		2.440.229	1.977.802
Disponível		2.229	2.967
Aplicações financeiras	5	399.753	181.592
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	733.651	581.311
Prêmios a receber		681.720	544.737
Operações com seguradoras		5.416	5.710
Operações com resseguradoras		46.515	30.864
Outros créditos operacionais		7.497	1.969
Ativos de resseguro	13	1.201.836	1.124.030
Títulos e créditos a receber	8	37.093	31.358
Títulos e créditos a receber		26.510	-
Créditos tributários e previdenciários		9.981	30.936
Depósitos judiciais e fiscais		-	108
Outros créditos		602	314
Outros valores e bens		1.250	-
Bens a venda		1.250	-
Despesas antecipadas		281	309
Custos de aquisição diferidos	9	56.639	54.266
Não circulante		773.461	890.413
Realizável a longo prazo		758.620	878.523
Aplicações financeiras	5	77.828	212.074
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	169.783	231.240
Outros créditos operacionais		540	-
Ativos de resseguro	13	379.817	335.763
Títulos e créditos a receber	8	30.009	18.789
Outros valores e bens		10.336	9.022
Custos de aquisição diferidos	9	90.307	71.635
Investimentos		-	500
Imobilizado		716	888
Intangível		14.125	10.502
Total do ativo		3.213.690	2.868.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		2.192.253	1.893.587
Contas a pagar		62.640	60.938
Obrigações a pagar		27.836	23.693
Impostos e encargos sociais a recolher	10	31.788	33.945
Encargos trabalhistas		2.302	2.199
Impostos e contribuições		714	1.101
Débitos de operações com seguros e resseguros		732.929	535.772
Prêmios a restituir	2.3	-	16.371
Operações com seguradoras		33.614	18.885
Operações com resseguradoras	11	638.599	452.596
Corretores de seguros e resseguros		52.713	43.775
Outros débitos operacionais		8.003	4.145
Depósitos de terceiros	12	8.803	27.501
Provisões técnicas	13	1.387.212	1.268.075
Outros débitos		669	1.301
Não circulante		746.787	704.598
Débito das operações com seguros e resseguros		144.856	201.599
Operações com seguradoras		20.629	23.247
Operações com resseguradoras	11	99.323	154.804
Corretores de seguros e resseguros		24.904	23.548
Provisões técnicas	13	590.312	493.846
Outros débitos		11.619	9.153
Patrimônio líquido	16	274.650	270.030
Capital social		133.525	133.525
Reserva de capital		4.250	4.483
Reservas de lucros		143.345	141.923
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(6.470)	(9.901)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.213.690	2.868.215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Resultados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prêmios emitidos		1.229.449	1.161.817
Variações das provisões técnicas de prêmios		(103.330)	19.533
Prêmios ganhos	21/22.a	1.126.119	1.181.350
Sinistros ocorridos	22.b	(224.042)	(299.818)
Custos de aquisição	22.c	(59.973)	(58.284)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(5.206)	(1.156)
Resultado com resseguro	22.e	(741.126)	(728.374)
Despesas administrativas	22.f	(48.425)	(44.282)
Despesas com tributos	22.g	(15.078)	(16.201)
Resultado financeiro	22.h	23.818	15.906
Resultado patrimonial	22.i	22.000	17.491
(=) Resultado antes dos impostos e participações		78.087	66.632
Imposto de renda	19	(11.064)	(9.601)
Contribuição social	19	(6.920)	(6.090)
Participações sobre o lucro		(7.146)	(7.561)
(=) Lucro líquido do exercício		52.957	43.380
Quantidade de ações		69.151.585	69.151.585
Lucro líquido por ações - em reais	20	0,7658	0,6273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício		52.957	43.380
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.c	5.709	(9.494)
Redução ao valor recuperável (RVR) – títulos e valores mobiliários		5	(1)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b.1	(2.283)	3.798
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos		3.431	(5.697)
Total de resultados abrangentes do exercício		56.388	37.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		116.125	4.376	133.458	(4.204)	-	249.755
Adoção inicial CPC 48 – redução ao valor recuperável (RVR)		-	-	(69)	-	-	(69)
Aumento de capital - Portaria 2110 de 26/07/2024		17.400	-	(17.400)	-	-	-
Perda não realizada nos títulos mensurados ao VJORA		-	-	-	(5.697)	-	(5.697)
Incentivo baseado em ações	17	-	107	45	-	-	152
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.380	43.380
Proposta para distribuição do resultado:	16.c						
Constituição de reserva legal		-	-	2.169	-	(2.169)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(17.491)	(17.491)
Constituição de outras reservas de lucro		-	-	23.720	-	(23.720)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		133.525	4.483	141.923	(9.901)	-	270.030
Distribuição de dividendos adicionais AGO 31/03/2025		-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao VJORA		-	-	-	3.431	-	3.431
Incentivo baseado em ações	17	-	(233)	465	-	-	232
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	52.957	52.957
Proposta para distribuição do resultado:	16.c						
Constituição de reserva legal		-	-	2.648	-	(2.648)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Constituição de outras reservas de lucro		-	-	28.309	-	(28.309)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		133.525	4.250	143.345	(6.470)	-	274.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	52.957	43.380
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	5.544	4.781
Perda por redução ao valor recuperável	3.337	157
Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros	149.025	106.083
Impostos fiscais diferidos	3.777	(3.321)
Variação cambial	(3.022)	350
Outros ajustes	1.892	1.899
	213.510	153.329
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(78.198)	(42.160)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(56.286)	189.418
Títulos e créditos a receber	(26.512)	(22.136)
Depósito de terceiros	(18.736)	13.003
Custos de aquisição diferidos	(21.046)	(16.530)
Débitos de operações com seguros e resseguros	107.783	(220.945)
Obrigações a pagar	16.612	37.498
Depósitos judiciais e fiscais	95	-
Outros créditos operacionais	(5.529)	(62)
Outras	(1.261)	(96)
Sinistros pagos	(57.527)	(59.682)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.642)	(13.129)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	54.263	18.508
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(407)	(45)
Aquisição de intangível	(7.471)	(6.104)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(7.878)	(6.149)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(14.867)	(15.970)
Pagamento de dividendos	(30.000)	-
Arrendamentos	(2.256)	(2.479)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(47.123)	(18.449)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(738)	(6.090)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.967	9.057
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.229	2.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010. A Companhia tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente atuando em todo o território nacional.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte, concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado, com efeito adverso sobre o detentor da apólice. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho, bem como as respectivas parcelas de comissão, reconhecidas no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

A Companhia concentra suas operações nos seguintes ramos de seguros: garantia, tanto público quanto privado, riscos de petróleo, responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil profissional (E&O), responsabilidade civil geral (RCG) e riscos nomeados e operacionais. A Companhia avalia permanentemente as linhas de negócio atuais e potenciais que estão alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia reavaliou sua operação no segmento de transportes e riscos marítimos (casco) e decidiu por colocá-las em *runoff*, mantendo sempre o compromisso com as obrigações anteriormente assumidas.

A Companhia atua em todo o território nacional, predominantemente nas seguintes linhas:

i. Seguro Garantia – setor público e privado

Este seguro garante o cumprimento de obrigações contratuais assumidas pelo tomador, junto ao segurado protegendo contra eventuais prejuízos ocasionados pelo descumprimento de cláusulas contratuais.

O Seguro Garantia substitui outras formas de garantia comumente utilizadas no mercado, apresentando algumas vantagens, sendo as principais: (i) não compromete as linhas de crédito das empresas, deixando seus recursos financeiros livres para a sua atividade operacional; (ii) agilidade na contratação; e (iii) menor onerosidade econômica.

O Seguro Garantia é normalmente exigido em contratações da Administração Pública ou do setor privado, para assegurar o cumprimento de obrigações em contratos de construção, fornecimento, prestação de serviços, concessões de serviços públicos, participação em licitações, além de ser amplamente utilizado em processos judiciais, visando garantir o juízo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Entre as modalidades de Seguro Garantia oferecidas pela Companhia, destacam-se:

- **Seguro Garantia Judicial:** este seguro garante valores em discussão em ações judiciais que exigem depósito em juízo ao longo dos processos, como nova garantia ou em substituição a garantia previamente existente, seja em âmbito cível, trabalhista, tributário ou em depósitos recursais, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, e outras.
- **Seguro Garantia Administrativo de Créditos Tributários:** este seguro atesta a veracidade dos créditos tributários informados pelo tomador em processos administrativos no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo geralmente utilizado para liberação dos referidos créditos ou ainda para cobrir a permanência do tomador em regimes especiais de tributação.
- **Seguro Garantia Aduaneiro:** este seguro garante o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao Termo de Responsabilidade a que se refere o Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto.
- **Seguro Garantia Licitante:** este seguro garante que em licitações públicas ou privadas, o tomador vencedor do certame mantenha sua proposta e assine o contrato nas condições apresentadas e dentro do prazo estabelecido no edital. Este seguro é frequentemente solicitado em procedimentos licitatórios como leilões, concorrências públicas, tomadas de preços e cartas convites.
- **Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços:** esta modalidade garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato para construção, fornecimento ou prestação de serviços, protegendo o segurado contra o risco de inadimplência do tomador.
- **Seguro Garantia de Adiantamento de Pagamentos:** este seguro garante que os valores recebidos a título de adiantamento em contratos sejam destinados à execução imediata do objeto contratual, ou seja, a realização da etapa prevista de uma obra, por exemplo, até sua conclusão. Este tipo de seguro permite, por exemplo, a liberação de recursos para um fornecedor, sem que o mesmo tenha que utilizar seu fluxo de caixa e, para o contratante, representa uma garantia que os recursos adiantados serão aplicados no fornecimento do equipamento ou na realização das obras conforme previsto contratualmente.
- **Seguro Garantia de Manutenção Corretiva:** este seguro garante a execução de ações corretivas apontadas pelo contratante e necessárias para a reparação de problemas ocorridos no decorrer da execução contratual, por responsabilidade exclusiva do tomador.

ii. Seguros de Riscos de Petróleo

Este seguro garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, exploração, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (“*onshore*”) e no mar (“*offshore*”). Além disso, também garante a cobertura para obras e construções ligadas ao setor, bem como para perdas de receitas derivadas de interrupção de negócios.

Os segurados desse produto podem ser os operadores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que operam no ramo de petróleo e gás e para coberturas de riscos de construção de equipamentos *offshore*.

iii. Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

O Seguro D&O cobre os valores devidos a terceiros por diretores ou executivos da empresa contratante do seguro em virtude de investigações e processos judiciais, administrativos ou arbitrais relacionados à sua atuação na capacidade de administradores da sociedade contratante. Isso inclui, mas não se limita a processos de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em virtude da responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária do diretor ou executivo.

Entre as coberturas do seguro D&O, podem ser elencadas: (i) indenização direta ao segurado (ex. administrador); (ii) indenização ao tomador (ex. empresa) que tenha adiantado os custos ao segurado; e (iii) indenização aplicada nos casos em que a empresa possui negociação de valores mobiliários, na qual podem ser seguradas, por exemplo, casos de reclamações relacionadas à gestão.

É importante mencionar que esse produto apresenta como possibilidade a contratação de um produto secundário de responsabilidade civil ambiental para diretores e administradores, cobrindo os custos de defesa e eventuais indenizações devidas pelo segurado em reclamações que envolvam danos causados ao meio ambiente sem abranger os custos de limpeza devidos.

iv. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (E&O)

O seguro E&O possui cobertura para indenização decorrente de reclamações de terceiros contra o segurado, o qual pode ser uma pessoa física ou jurídica especificada na apólice, por falhas profissionais pelas quais o mesmo seja responsabilizado, resultando em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Este seguro é normalmente utilizado por profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço que estejam sujeitas a reclamações sobre o desempenho de sua atividade (ex. escritórios de advocacia), cobrindo os custos de defesa e as eventuais indenizações devidos pelo segurado quando houver sua responsabilização legal em função de eventual falha profissional, sempre conforme termos pactuados nas apólices.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

v. Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG)

O Seguro de RCG garante ao segurado o pagamento das indenizações devidas a terceiros quando responsabilizado por danos causados no desempenho de suas atividades, tendo como objetivo proteger o patrimônio do segurado das perdas que podem incorrer em função da sua responsabilidade civil.

Esse seguro pode ser contratado por empresas que desempenhem as mais diversas atividades econômicas e interessadas em proteger seu patrimônio da exposição de causar danos a terceiros, desde o comércio até as mais complexas atividades industriais, passando pelo setor serviços, construção civil, eventos, entretenimento, entre outros.

vi. Seguros de Riscos Nomeados e Operacionais

O Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais são aqueles que garantem perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em geral, oferecem coberturas para incêndio, queda de raio, explosão ou implosão, danos elétricos, quebra de máquinas, inundação, ou seja, danos ligados as operações de plantas industriais ou de empresas nos mais diversos segmentos da economia.

Para os casos em que a importância segurada é inferior ao limite estabelecido em legislação de R\$ 100 milhões, a Companhia emite esse tipo de seguro no ramo Compreensivo Empresarial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas atualizações, da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras anuais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras anuais estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5); e
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

A exposição ao risco cambial decorrentes das operações em moeda estrangeira, bem como sua gestão, é detalhada na Nota 4.

2.3. Mudanças de prática contábil

• Devoluções de prêmios a segurados

Em 11 de fevereiro de 2025 e 30 de abril de 2025, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) emitiu os Ofícios Circulares Eletrônicos nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP e nº 4/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, respectivamente, por meio dos quais regulamentou que os valores referentes às devoluções de prêmios pelas seguradoras aos segurados devem fazer parte da provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR).

A partir de abril de 2025, a Companhia passou a registrar os prêmios a restituir como parte da PVR, tendo como principais impactos a reclassificação das rubricas abaixo:

- Prêmios a restituir de operações diretas: anteriormente registrada na rubrica “Prêmios a restituir” passa a integrar a rubrica “Provisões técnicas” no montante de R\$ 33.129 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.371 em 31 de dezembro de 2024);
- Prêmios a restituir de cosseguro aceito: anteriormente registrada na rubrica “Débitos das operações com seguros e resseguros - Operações com seguradoras” passa a integrar a rubrica “Provisões técnicas” no montante de R\$ 5.302 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 178 em 31 de dezembro de 2024);
- Prêmios a recuperar – Resseguro: anteriormente registrada na rubrica “Créditos das operações com seguros e resseguros - Operações com resseguradoras” passa a integrar a rubrica “Ativos de resseguro” no montante de R\$ 6.395 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.423 em 31 de dezembro de 2024); e

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- Prêmios a recuperar – cosseguro cedido: anteriormente registrada na rubrica “Créditos das operações com seguros e resseguros - Operações com seguradoras” passa a integrar a rubrica “Provisões técnicas” no montante de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2024).

Em função da natureza das mudanças e as orientações da própria Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), todos os efeitos estão sendo apresentados de forma prospectiva.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, com risco insignificante de mudança de valor justo, e se referem a recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros contabilizando seus respectivos como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado, e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda. e pela Genial Gestão Ltda. e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por expectativas de valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazo dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos respectivos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados de forma consistente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e de acordo com os termos e condições de cada contrato de resseguro. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e sua respectiva base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente, sendo a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, conforme estudo técnico de redução ao valor recuperável com resseguradores.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo(a) Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros.

3.5. Ressarcimentos

A Companhia apresenta metodologia, descrita em nota técnica atuarial, para constituição de um redutor das provisões de sinistros relativo à expectativa de ressarcimento junto aos segurados nas operações do grupamento de riscos financeiros.

A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de ressarcimento de sinistros ainda não pagos, sendo registrada no passivo como redutora da provisão de sinistros a liquidar. Quando um sinistro é liquidado (total ou parcialmente) essa estimativa de ressarcimento é transferida para o ativo da Companhia.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em *softwares* de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNG-RVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE inclui parcela estimada atuarialmente através do desenvolvimento de prêmios e parcela relativa ao tratamento individual de apólices específicas, já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Provisão constituída para a cobertura dos valores de indenização relativos a sinistros avisados e não pagos até a data-base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

A provisão é constituída a partir de análise individualizada de cada sinistro, correspondendo à melhor estimativa dos valores a pagar dos sinistros já avisados à Companhia.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR consiste em estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia de triângulo de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Além disso, a provisão contempla estimativa de despesas ainda não incorridas com sinistros já ocorridos, avisados ou não, utilizando metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

Provisão constituída mensalmente para garantir as obrigações decorrentes de possíveis reduções na comissão de resseguro em contratos que prevejam o sistema de comissão escalonada.

- **Provisão de resgates e outros valores a regularizar – PVR**

Provisão constituída mensalmente referente aos valores de prêmios a devolver aos segurados.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros e resseguro vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia apresenta estimativas de fluxos de caixa em moeda nacional e dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - evolução das taxas de juros pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA disponibilizada no *site* da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira, resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio, correspondendo a uma sinistralidade média de 32,93%. A cessão em resseguro média projetada, baseando-se na experiência da companhia e nos contratos de resseguro vigentes, foi de 94,65%. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. É projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

A Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil da supervisionada. A Austral Seguradora estabeleceu a Política de Grupamento de Contratos, determinando assim os grupos de contratos que são passíveis de compensação, que guardam estreita relação com as práticas e políticas de subscrição e gerenciamento de riscos do seu Portfolio.

O resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O resultado do TAP para a data base de 31 dezembro de 2025 está disposto na tabela abaixo:

Grupos de Contratos	Resultado do TAP
Casualty	469.624
Property	461.398
Suficiência / (Insuficiência)	931.021
Apuração PCC	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registrados respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo, e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado ao atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3.12. Impostos e contribuições

- **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras anuais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

- **Reforma Tributária sobre o Consumo**

A Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela EC nº 132/2023 e regulamentada pela LC nº 214/2025, estabelece a substituição gradual dos tributos sobre o consumo por um IVA dual. Esse modelo é composto pelo IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, de competência estadual e municipal, e pela CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços, de competência federal, com foco na não cumulatividade, tributação no destino, neutralidade e simplificação do sistema tributário, a ser implementado de forma gradual durante o período de transição.

Para as companhias seguradoras e resseguradoras, foi estabelecido regime específico de tributação, no qual a base de cálculo dos novos tributos observará critérios próprios, distintos daqueles aplicáveis às demais atividades econômicas, considerando as particularidades do setor de seguros e resseguros, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 214/2025.

A legislação já definiu as alíquotas aplicáveis ao novo modelo tributário (10,85% a 12,5%) as quais serão observadas quando do efetivo início da incidência dos tributos (2027), aumentando gradualmente até 2033, conforme o cronograma de implementação previsto na Reforma Tributária.

Adicionalmente, o contexto da Reforma Tributária criou uma obrigação acessória (DeRE – Declaração Eletrônica de Regimes Específicos) viabilizando assim a apuração do IBS e da CBS para os setores que fazem parte do regime específico. Tal declaração demandará adequações nos sistemas, processos e controles internos da Companhia, visando o atendimento às novas exigências de apuração, escrituração e reporte das informações fiscais.

Considerando o período de transição estabelecido na legislação e o cronograma de implementação dos novos tributos, não tivemos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2025, permanecendo a Administração acompanhando a regulamentação infralegal e eventuais desdobramentos para avaliação de impactos futuros.

3.13. Redução ao valor recuperável - RVR

- **Recebíveis**

A Companhia avalia mensalmente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, através de uma análise individualizada das contrapartes envolvidas e suas respectivas apólices vencidas a partir de 60 dias e sinistros a recuperar em sua totalidade. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos das contrapartes envolvidas, a qualidade do seu score de crédito, histórico de perdas e provisões de prêmios já recebidos que possibilitem compensação de suas apólices. Se em períodos subsequentes houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA**

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito baseada no *rating*, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. O montante da redução ao valor recuperável é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

- **Ativos de resseguro**

A metodologia utilizada no cálculo da redução ao valor recuperável das contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador consiste no valor esperado da perda da exposição por data-base, segregada por ressegurador, levando em consideração não somente os aspectos quantitativos da avaliação do risco de inadimplência, mas também os aspectos qualitativos inerentes das operações as quais a Companhia está exposta. A análise do risco de crédito com o ressegurador é feita na sua maior parte pela análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador. As principais variáveis consideradas foram as seguintes: Exposição, Probabilidade de Perda (*Default*) e *Loss Given Default* (LGD).

- **Outros ativos**

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

A contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

- **Sinistros**

Os sinistros decorrentes de seguros incluem todos os eventos que ocorrem durante os períodos, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, deduzidos dos salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados, além de eventuais ajustes de sinistros a liquidar de períodos anteriores.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras anuais requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao VJR e por meio de VJORA (Nota 5);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros e resseguro (Notas 4 e 13);
- Créditos tributários (Nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (Nota 9);
- Ressarcimentos (Nota 8);
- Provisões judiciais (Nota 15); e
- Redução valor recuperável (RVR) - perda esperada (Nota 3.13).

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório anual não inferior a 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 18/12/2025, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram a declaração de juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$ 22.000, imputando-se o valor total líquido, equivalente a R\$ 18.700, ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o período.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2025:

- CPC 50 - Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O CPC 50 foi aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023.

- CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O CPC 51 tem como objetivo principal maior transparência e comparabilidade, aprimorando a apresentação das informações financeiras, propondo uma reorganização da demonstração do resultado com a criação de categorias padronizadas de receitas e despesas. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027.

O CPC 50 e CPC 51 serão aplicáveis à Companhia quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do CPC 50 e CPC 51.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são (i) avaliação de riscos; (ii) atividades de controle; (iii) atividades de monitoramento; e (iv) atividades de informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco está diretamente relacionada aos objetivos da Companhia, alinhando-se às estratégias de negócios, à definição de seus controles operacionais internos e à busca da excelência na gestão empresarial.

Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro da Companhia.

Região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Prêmio bruto	%	Prêmio bruto	%
Centro Oeste	19.279	1,6	2.831	0,2
Nordeste	14.084	1,1	8.824	0,8
Norte	2.930	0,2	2.993	0,3
Sudeste	1.162.471	94,6	1.124.945	96,8
Sul	30.685	2,5	22.224	1,9
Total	1.229.449	100,0	1.161.817	100,0

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Prêmio líquido	%	Prêmio líquido	%
Centro Oeste	11.328	5,3	1.780	1,0
Nordeste	9.046	4,2	5.517	2,9
Norte	1.703	0,8	1.796	1,0
Sudeste	172.174	80,8	165.404	88,1
Sul	18.862	8,9	13.194	7,0
Total	213.113	100,0	187.691	100,0

a) Gestão de risco de subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A exposição ao risco é mitigada por meio da diversificação da carteira e seletividade analítica dos riscos subscritos, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante dos indicadores internos e do mercado para realização de eventuais ajustes.

Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e definidos procedimentos operacionais para avaliação de riscos, assim como um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos. Dentre os procedimentos, realizados, contempla-se o regime de alçadas decisórias como suporte a decisões técnicas, sendo estes documentos formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos.

Adicionalmente, faz-se uso do resseguro como parte do programa de gestão de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Do ponto de vista de concentração de negócios, a carteira do ramo de Seguro Garantia corresponde a 74% do total do resultado técnico do segmento de seguros, ou seja, R\$ 74.134 (72% e R\$ 67.911 em 31 de dezembro de 2024).

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 5 p.p. em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades:

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido (R\$)	274.650	241.919	(32.731)
Lucro líquido do exercício (R\$)	52.957	20.226	(32.731)
Impacto (%) no resultado do exercício			(61,8)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(11,9)
Efeitos líquidos de resseguros			
Patrimônio líquido (R\$)	274.650	272.899	(1.751)
Lucro líquido do exercício (R\$)	52.957	51.206	(1.751)
Impacto (%) no resultado do exercício			(3,3)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,6)

	31/12/2024		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Efeitos brutos de resseguros			
Patrimônio líquido (R\$)	270.030	235.689	(34.341)
Lucro líquido do exercício (R\$)	43.380	9.039	(34.341)
Impacto (%) no resultado do exercício			(79,2)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(12,7)
Efeitos líquidos de resseguros			
Patrimônio líquido (R\$)	270.030	268.186	(1.844)
Lucro líquido do exercício (R\$)	43.380	41.536	(1.844)
Impacto (%) no resultado do exercício			(4,3)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(0,7)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazos, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes das variações nos preços e taxas de mercado, tais como taxas de juros ou câmbio, que impactam os valores dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado na análise do *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão desse tipo de risco, que consiste numa métrica estatística que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado horizonte de tempo, para um dado intervalo de confiança, assumindo condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e o risco sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% e 99%, com base em modelos de simulação histórica e paramétrica, considerando um horizonte de tempo de 1 dia e uma janela observação de 252 dias úteis.

Complementarmente, são realizados testes de estresse com foco nas principais variáveis de risco que compõem a carteira de investimentos, com destaque para a taxa de juros, que representa o maior componente da exposição e para o risco cambial, conforme detalhado no item 4 desta nota explicativa.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, os investimentos poderiam apresentar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda estimada de 0,09% do total da carteira de ativos em 31 de dezembro de 2025 (0,14% em 31 de dezembro de 2024), que equivale a R\$ 430. Para o nível de confiança de 99%, a perda estimada é 0,14% do total da carteira de ativos em 31 de dezembro de 2025 (0,35% em 31 de dezembro de 2024), que equivale a R\$ 669.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Histórico (%)	Impacto (R\$)	Histórico (%)	Impacto (R\$)
VaR 95%	(0,09)	(430)	(0,14)	(529)
VaR 99%	(0,14)	(669)	(0,35)	(1.322)

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda estimada de 0,10% do total da carteira de ativos em 31 de dezembro de 2025 (0,15% em 31 de dezembro 2024), que equivale a R\$ 478. Para o nível de confiança de 99%, observou-se uma perda estimada de 0,14% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2025 (0,21% em 31 de dezembro de 2024), que equivale a R\$ 669.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Paramétrico (%)	Impacto (R\$)	Paramétrico (%)	Impacto (R\$)
VaR 95%	(0,10)	(478)	(0,15)	(566)
VaR 99%	(0,14)	(669)	(0,21)	(793)

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da taxa pré-fixada dos títulos indexados à inflação):

- Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva do IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

31/12/2025		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
I	(200 bps)	4.250
II	(100 bps)	2.130
III	100 bps	(2.130)
IV	200 bps	(4.250)

31/12/2024		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
I	(200 bps)	6.530
II	(100 bps)	3.210
III	100 bps	(3.210)
IV	200 bps	(6.530)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2025 e 31/12/2024.

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da Seguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise do *Rating* de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o *rating* é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado *rating* de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025							
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Vencidos a mais de 365 dias	Valor contábil
Disponível	2.229	-	-	-	-	-	-	2.229
Mensurados ao VJR								
Privados	41.273	-	-	-	-	-	-	41.273
Públicos	136.987	-	-	-	-	-	-	136.987
Exterior	24.797	-	-	-	-	-	-	24.797
Mensurados ao VJORA								
Privados	15.040	-	-	-	-	-	-	15.040
Públicos	259.484	-	-	-	-	-	-	259.484
Créditos com operações com seguros e resseguros (*)	879.792	13.795	3.564	2.043	14.049	2.164	6.034	921.441
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.359.602	13.795	3.564	2.043	14.049	2.164	6.034	1.401.251

31/12/2024								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Vencidos a mais de 365 dias	Valor contábil
Disponível	2.967	-	-	-	-	-	-	2.967
Mensurados ao VJR								
Privados	48.725	-	-	-	-	-	-	48.725
Públicos	93.815	-	-	-	-	-	-	93.815
Exterior	38.149	-	-	-	-	-	-	38.149
Mensurados ao VJORA								
Privados	19.623	-	-	-	-	-	-	19.623
Públicos	193.354	-	-	-	-	-	-	193.354
Créditos com operações com seguros e resseguros (*)	787.651	16.111	4.261	2.232	2.327	1.563	6.985	821.130
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.184.284	16.111	4.261	2.232	2.327	1.563	6.985	1.217.763

*Os valores de créditos com operações com seguros e resseguros estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável no total de R\$ 18.007 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 8.579 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de resseguro que a Companhia se encontra exposta, segregada pela classificação de *rating* definida pela Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por *rating*, seguindo a tabela apresentada a seguir

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2025		31/12/2024	
				Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
AAA	Aaa	AAA	A++	35.307	3,5	38.415	3,9
AA+	Aa1	AA+	A+	316.206	30,9	277.741	28,6
AA	Aa2	AA	A+	2	-	2	-
AA-	Aa3	AA-	A+	118.826	11,6	-	-
A+	A1	A+	A	122.442	12,0	214.709	22,1
A	A2	A	A-	429.057	42,0	440.798	45,4
A-	A3	A-	A-	-	-	-	-
BBB+	Baa1	BBB+	B++	492	-	106	-
Total				1.022.332	100,0	971.771	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 91,8% (90,5% em 31 de dezembro de 2024) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 0,2% (3,5% em 31 de dezembro de 2024) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 8,0% (6,5% em 31 de dezembro de 2024) da carteira é composta por fundos de investimentos com prazo de resgate acima de 120 dias.

Ativos e passivos	31/12/2025					
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva/custo	Ganho/Perda	Valor contábil
Disponível	2.229	-	-	-	-	2.229
Ativos financeiros mensurados ao VJR	168.581	34.476	203.057	203.054	3	203.057
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	274.524	-	274.524	285.316	(10.792)	274.524
Crédito das operações de seguros e resseguros	733.651	169.783	-	-	-	903.434
Outros créditos operacionais	7.497	540	-	-	-	8.037
Títulos e créditos a receber	37.093	30.009	-	-	-	67.102
Outros valores e bens	1.250	10.336	-	-	-	11.586
Total de ativos	1.224.825	245.144	477.581	488.370	(10.789)	1.469.969
Contas a pagar	62.640	-	-	-	-	62.640
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	185.376	210.495	-	-	-	395.871
Débito das operações de seguros e resseguros	732.929	144.856	-	-	-	877.785
Depósito de terceiros	8.803	-	-	-	-	8.803
Outros débitos	669	11.619	-	-	-	12.288
Total de passivos	990.417	366.970	-	-	-	1.357.387

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2024					
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva/custo	Ganho/Perda	Valor contábil
Disponível	2.967	-	-	-	-	2.967
Ativos financeiros mensurados ao VJR	156.843	23.846	180.689	180.699	(10)	180.689
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	212.977	-	212.982	229.483	(16.501)	212.977
Crédito das operações de seguros e resseguros	581.311	231.240	-	-	-	812.551
Outros créditos operacionais	1.969	-	-	-	-	1.969
Títulos e créditos a receber	31.358	18.789	-	-	-	50.147
Total de ativos	987.425	273.875	393.671	410.182	(16.511)	1.261.300
Contas a pagar	60.938	-	-	-	-	60.938
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	144.045	158.083	-	-	-	302.128
Débito das operações de seguros e resseguros	535.772	201.599	-	-	-	737.371
Depósito de terceiros	27.501	-	-	-	-	27.501
Outros débitos	1.301	9.153	-	-	-	10.454
Total de passivos	769.557	368.835	-	-	-	1.138.392

4) Risco cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial. A gestão desses riscos é realizada por meio de uma análise de sensibilidade, que a Companhia acredita ser suficiente para identificar e quantificar os riscos potenciais associados às flutuações do dólar.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,5024 em 31 de dezembro de 2025;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,50 estimada para 31 de dezembro de 2026 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2025;
- Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,75);
- Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,13);
- Cenário III: aumento de 25,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,88); e
- Cenário IV: aumento de 50,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 8,25).

31/12/2025		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	(0,1%)	(9)
I	(50,0%)	(10.790)
II	(25,0%)	(5.395)
III	25,0%	5.395
IV	50,0%	10.790

31/12/2024		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	(3,2%)	(599)
I	(50,0%)	(9.500)
II	(25,0%)	(4.750)
III	25,0%	4.750
IV	50,0%	9.500

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2025 e 31/12/2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31/12/2025										
	Taxas médias	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de curva	Percentual contábil (%)	Percentual de curva (%)
I. Títulos mensurados ao VJR:										
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	39.212	80.956	82.889	-	203.057	203.057	203.054	42,5	41,6
Certificado de depósito no exterior	3,92%	-	56.159	80.828	-	136.987	136.987	136.984	28,7	28,1
Debêntures	CDI+1,60%	-	24.797	-	-	24.797	24.797	24.797	5,2	5,1
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	-	2.061	-	2.061	2.061	2.061	0,4	0,4
	-	39.212	-	-	-	39.212	39.212	39.212	8,2	8,0
II. Títulos mensurados ao VJORA:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA+3,74%	-	196.696	62.940	14.888	274.524	274.524	285.316	57,5	58,4
Letras do tesouro nacional - LTN	12,63%	-	148.306	1.944	11.286	161.536	161.536	171.816	33,9	35,2
Debêntures	CDI + 1,20%	-	46.286	51.662	-	97.948	97.948	98.506	20,5	20,2
Letra financeira - LF	CDI + 0,98%	-	1.026	9.334	3.602	13.962	13.962	13.917	2,9	2,8
	-	-	1.078	-	-	1.078	1.078	1.077	0,2	0,2
Total		39.212	277.652	145.829	14.888	477.581	477.581	488.370	100,0	100,0

31/12/2024										
	Taxas médias	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de curva	Percentual contábil (%)	Percentual de curva (%)
I. Títulos mensurados ao VJR:										
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	39.401	61.930	79.358	-	180.689	180.689	180.699	45,9	44,1
Certificado de depósito no exterior	4,25%	-	19.142	74.673	-	93.815	93.815	93.857	23,8	22,9
Debêntures	CDI + 1,07%	-	38.149	-	-	38.149	38.149	38.149	9,7	9,3
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	-	4.639	4.685	-	9.324	9.324	9.292	2,4	2,3
	-	39.401	-	-	-	39.401	39.401	39.401	10,0	9,6
II. Títulos mensurados ao VJORA:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA+3,74%	-	903	197.151	14.928	212.982	212.977	229.483	54,1	55,9
Letras do tesouro nacional - LTN	11,60%	-	-	143.257	10.422	153.679	153.679	167.785	39,0	40,9
Debentures	CDI + 1,44%	-	-	39.675	-	39.675	39.675	41.992	10,1	10,2
Debêntures	IPCA+7,10%	-	-	13.280	3.325	16.605	16.601	16.611	4,2	4,1
Letra financeira - LF	CDI + 0,92%	-	-	-	1.181	1.181	1.181	1.264	0,3	0,3
	-	-	903	939	-	1.842	1.841	1.831	0,5	0,4
Total		39.401	62.833	276.509	14.928	393.671	393.666	410.182	100,0	100,0

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos: Fundo de Crédito Privado no valor de R\$ 1.142 (R\$ 8.936 em 31 de dezembro de 2024), Fundo de Investimento em Participações no valor de R\$ 32.657 (R\$ 24.779 em 31 de dezembro de 2024), Fundos Multimercado no valor de R\$ 3.594 (R\$ 3.044 em 31 de dezembro de 2024), Fundos de Investimentos Imobiliários no valor de R\$ 1.819 (R\$ 1.920 em 31 de dezembro de 2024) e Fundo de Renda Fixa no valor de R\$ 0 (R\$ 722 em 31 de dezembro de 2024).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3 S.A.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: ações listadas, fundos de Investimentos listados, títulos públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: fundos de investimentos não listados, debêntures, letras financeiras e certificados de depósito bancário.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por VJR:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	37.393	37.393	2.853	34.628	37.481
Quotas de fundos imobiliários	1.819	-	1.819	1.920	-	1.920
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	24.797	24.797	-	38.149	38.149
Debêntures	-	2.061	2.061	-	9.324	9.324
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro – LFT	136.987	-	136.987	93.815	-	93.815
II. Títulos mensurados ao valor justo por VJORA:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	13.962	13.962	-	17.782	17.782
Letra Financeira	-	1.078	1.078	-	1.841	1.841
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional – NTN-B	161.536	-	161.536	153.679	-	153.679
Letras do tesouro nacional – LTN	97.948	-	97.948	39.675	-	39.675
Total	398.290	79.291	477.581	291.942	101.724	393.666

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	VJR	VJORA	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	194.250	166.757	361.007
(+) Aplicações	1.659.062	51.026	1.710.088
(-) Resgates	(1.698.712)	(13.333)	(1.712.045)
(+) Rendimentos	13.924	18.026	31.950
(+/-) Oscilação cambial	12.207	-	12.207
(+/-) Ajuste ao valor justo	(42)	(9.494)	(9.536)
(+/-) Redução de valor recuperável	-	(5)	(5)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	180.689	212.977	393.666
(+) Aplicações	1.914.425	56.906	1.971.331
(-) Resgates	(1.909.591)	(24.058)	(1.933.649)
(+) Rendimentos	22.837	22.990	45.827
(+/-) Oscilação cambial	(5.303)	-	(5.303)
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	5.709	5.709
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	203.057	274.524	477.581

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

d) Derivativos

d.1) Exposição

31/12/2025			
Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	02/02/2026	(4.149)	67
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	02/02/2026	(830)	13

31/12/2024			
Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2025	4.665	(15)
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	01/02/2025	809	(13)

d.2) Margens em garantia

31/12/2025			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2026	40	723
Total		40	723

31/12/2024			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2025	141	2.231
LFT	01/09/2025	70	1.107
Total		211	3.338

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2026	59	254
NTN-B	15/08/2050	541	1.840
Total		600	2.094

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos	1.268.863	1.239.990
Provisão de sinistros a liquidar	619.326	470.913
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	35.061	39.403
Provisão de despesas relacionadas	12.104	11.449
Provisão de excedentes técnicos	166	166
Provisão de valores a regularizar	42.004	-
Total das provisões técnicas	1.977.524	1.761.921
Direitos creditórios	(684.092)	(626.304)
Custo de aquisição diferido redutores	(60.206)	(58.550)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(316.019)	(410.905)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(609.562)	(458.884)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(29.199)	(33.746)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(9.258)	(8.835)
Outras provisões	(6.395)	-
Total das exclusões	(1.714.731)	(1.597.224)
Total das provisões técnicas para cobertura	262.793	164.697
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	99.797	59.027
Notas do tesouro nacional - NTN-B	161.536	151.371
Letras do tesouro nacional - LTN	23.112	-
Quotas de fundos de investimentos	7.079	13.814
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	291.524	224.212
Ativos vinculados em excesso	28.731	59.515

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a receber de segurados	851.503	775.977
Operações com seguradoras	5.416	5.710
Operações com resseguradoras	46.515	30.864
Total	903.434	812.551
Circulante	733.651	581.311
Não circulante	169.783	231.240

7.1) Aging de prêmios a receber:

Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	87.605	334.357
De 31 a 60 dias	222.875	46.959
De 61 a 120 dias	180.437	66.833
De 121 a 180 dias	33.332	32.680
De 181 a 365 dias	133.829	43.560
Superior a 365 dias	169.783	231.240
Total de prêmios a vencer	827.861	755.629

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	13.795	11.558
De 31 a 60 dias	3.564	4.405
De 61 a 120 dias	2.043	2.089
De 121 a 180 dias	14.049	2.326
De 181 a 365 dias	2.164	1.585
Superior a 365 dias	6.034	6.964
Total de prêmios vencidos	41.649	28.927
Redução ao valor recuperável	(18.007)	(8.579)
Total de prêmios a receber	851.503	775.977

7.2) Movimentação dos prêmios a receber:

Saldo inicial	775.977	781.397
(+) Prêmios emitidos (*)	1.381.391	1.716.781
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	12.872	(302.263)
(+) Imposto sobre operações financeiras	104.470	140.374
(-) Recebimentos	(1.413.779)	(1.579.049)
(+/-) Redução ao valor recuperável	(9.428)	18.737
Saldo final	851.503	775.977

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 2 vezes.

8. Títulos e créditos a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Ressarcimento a receber (a)	26.412	2.215
Créditos tributários e previdenciários (b)	39.977	47.510
Depósitos judiciais	13	108
Outros créditos	700	314
Total	67.102	50.147
Circulante	37.093	31.358
Não circulante	30.009	18.789

a) Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	31/12/2025	31/12/2024
Garantia		
De 121 a 180 dias	101	-
De 181 a 365 dias	621	366
Superior a 365 dias	36.261	38.110
Redução ao valor recuperável	(36.983)	(36.261)
Total do aging	-	2.215
Risco de Petróleo		
De 1 a 30 dias	26.412	-
Total do aging	26.412	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Expectativa de realização

Garantia

Superior a 365 dias	36.983	38.476
Redução ao valor recuperável	(36.983)	(36.261)
Total do aging	-	2.215

Risco de Petróleo

De 1 a 30 dias	26.412	-
Total do aging	26.412	-

b) Créditos tributários e previdenciários:

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos e contribuições a compensar/recuperar (i)	28.771	30.300
Créditos Tributários de PIS e COFINS (ii)	692	636
IRPJ e CSLL diferidos (iii) (b.1)	10.514	16.574
Total	39.977	47.510

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL e PIS, COFINS, IOF, IR e CSLL pagos a maior;
(ii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR; e
(iii) Créditos Tributários sobre diferenças temporárias.

b.1) Movimentação impostos diferidos:

	Movimentação		
	31/12/2024	No resultado	Em outros resultados abrangentes
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	16.574	(3.777)	(2.283)
Ajuste a valor de mercado – VJR	4.027	(2.126)	-
Ajuste a valor de mercado – VJORA	6.600	-	(2.283)
Variação Cambial	(990)	(2.095)	-
Incentivo baseado em ações	1.793	(1.793)	-
Participações nos lucros	2.940	66	-
Outras provisões	1.815	1.964	-
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	389	207	-
Total	16.574	(3.777)	(2.283)

	Movimentação		
	31/12/2023	No resultado	Em outros resultados abrangentes
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	9.455	3.321	3.798
Ajuste a valor de mercado – VJR	3.292	735	-
Ajuste a valor de mercado – VJORA	2.802	-	3.798
Variação Cambial	(2.831)	1.841	-
Incentivo baseado em ações	1.750	43	-
Participações nos lucros	2.591	349	-
Outras provisões	1.587	228	-
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	264	125	-
Total	9.455	3.321	3.798

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

Grupos / Ramos	31/12/2025	31/12/2024
Garantia	141.370	119.213
Riscos de petróleo	2.005	4.045
R.C. Administradores e diretores	1.316	1.111
Responsabilidade cível geral	787	693
R.C. Profissional	1.426	803
Outros	42	36
Total	146.946	125.901
Circulante	56.639	54.266
Não circulante	90.307	71.635

Companhia apresentava movimentação de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

	31/12/2024	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2025
Garantia	119.213	1.556.256	(1.534.099)	141.370
Riscos de petróleo	4.045	35.707	(37.747)	2.005
R.C. Administradores e diretores	1.111	13.942	(13.737)	1.316
Responsabilidade cível geral	693	9.316	(9.222)	787
R.C. Profissional	803	12.503	(11.880)	1.426
Outros	36	503	(497)	42
Total	125.901	1.628.227	(1.607.182)	146.946

	31/12/2023	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2024
Garantia	103.141	1.284.443	(1.268.371)	119.213
Riscos de petróleo	3.070	35.327	(34.352)	4.045
R.C. Administradores e diretores	1.047	13.027	(12.963)	1.111
Responsabilidade cível geral	606	8.485	(8.398)	693
R.C. Profissional	897	10.004	(10.098)	803
Outros	494	1.849	(2.307)	36
Total	109.255	1.353.135	(1.336.489)	125.901

10. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido	569	3.104
Imposto sobre serviço retido	128	82
Imposto operações financeiras	30.511	30.195
Contribuições previdenciárias	332	360
Outros impostos e encargos sociais	248	204
Total	31.788	33.945

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

11. Débitos das operações com seguros e resseguros

• Operações com resseguradoras

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido	898.942	730.889
Comissão	(190.522)	(126.417)
Repasse de ressarcimento	29.502	2.928
Total	737.922	607.400
Circulante	638.599	452.596
Não circulante	99.323	154.804

12. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros diretos e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante.

O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	3.755	18.203
De 31 a 60 dias	207	2.641
De 61 a 120 dias	662	2.249
De 121 a 180 dias	729	455
De 181 a 365 dias	523	702
Superior a 365 dias	2.927	3.251
Total	8.803	27.501

13. Provisões técnicas

a) Composição das provisões técnicas

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistros						
Provisão de sinistros a liquidar	619.326	(609.562)	9.764	470.913	(458.884)	12.029
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	35.061	(29.199)	5.862	39.403	(33.746)	5.657
Provisão de despesas relacionadas	12.104	(9.258)	2.846	11.449	(8.835)	2.614
Total	666.491	(648.019)	18.472	521.765	(501.465)	20.300
Provisões de prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.268.863	(927.239)	341.624	1.239.990	(958.328)	281.662
Provisão de excedente técnico	166	-	166	166	-	166
Provisão de valores a regularizar	42.004	(6.395)	35.609	-	-	-
Total	1.311.033	(933.634)	377.399	1.240.156	(958.328)	281.828
Total das provisões	1.977.524	(1.581.653)	395.871	1.761.921	(1.459.793)	302.128
Circulante	1.387.212	(1.201.836)	185.376	1.268.075	(1.124.030)	144.045
Não circulante	590.312	(379.817)	210.495	493.846	(335.763)	158.083

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Movimentação da PSL						
Em 1º de janeiro	470.913	(458.884)	12.029	159.457	(147.690)	11.767
Sinistros ocorridos no exercício	247.617	(233.853)	13.764	291.882	(265.746)	26.136
Sinistros pagos no exercício	(50.880)	33.810	(17.070)	(53.922)	26.005	(27.917)
Variação cambial	(51.459)	51.200	(259)	67.369	(66.194)	1.175
Atualização monetária	3.135	(1.822)	1.313	6.127	(5.321)	806
Redução ao valor recuperável	-	(13)	(13)	-	62	62
No final do exercício	619.326	(609.562)	9.764	470.913	(458.884)	12.029
Movimentação da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	39.403	(33.746)	5.657	39.136	(34.422)	4.714
Variação da provisão de IBNR	(4.342)	4.550	208	267	672	939
Redução ao valor recuperável	-	(3)	(3)	-	4	4
No final do exercício	35.061	(29.199)	5.862	39.403	(33.746)	5.657
Movimentação da PDR						
Em 1º de janeiro	11.449	(8.835)	2.614	8.699	(7.324)	1.375
Despesas ocorridas no exercício	7.063	(4.740)	2.323	7.689	(5.317)	2.372
Despesas pagas no exercício	(6.647)	4.455	(2.192)	(5.760)	4.476	(1.284)
Variação cambial	(139)	93	(46)	155	(100)	55
Atualização monetária	378	(231)	147	666	(571)	95
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	1	1
No final do exercício	12.104	(9.258)	2.846	11.449	(8.835)	2.614
Movimentação das provisões de prêmios - PPNG						
Em 1º de janeiro	1.239.990	(958.328)	281.662	1.149.928	(914.644)	235.284
Prêmios emitidos no exercício	1.229.449	(1.016.336)	213.113	1.161.817	(974.126)	187.691
Prêmio ganho no exercício	(1.126.119)	974.675	(151.444)	(1.181.350)	1.037.405	(143.945)
Variação cambial	(74.457)	72.750	(1.707)	109.595	(106.963)	2.632
No final do exercício	1.268.863	(927.239)	341.624	1.239.990	(958.328)	281.662
Movimentação da PET						
Em 1º de janeiro	166	-	166	166	-	166
Variação da PET	-	-	-	-	-	-
No final do exercício	166	-	166	166	-	166
Movimentação da PVR (*)						
Em 1º de janeiro	-	-	-	-	-	-
Constituição/ reversão	119.090	(6.395)	112.695	-	-	-
Pagamento/Recebimento	(77.086)	-	(77.086)	-	-	-
No final do exercício	42.004	(6.395)	35.609	-	-	-
Total das provisões técnicas	1.977.524	(1.581.653)	395.871	1.761.921	(1.459.793)	302.128

(*) Vide Nota 2.3

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

14. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo a comparação dos sinistros ocorridos comparados com as suas estimativas prévias. A partir do ano de ocorrência, é apresentada a evolução destas estimativas ao longo do tempo, na medida em que novas informações sobre a frequência e a severidade de cada um dos sinistros são obtidas. Vale ressaltar a característica da Seguradora de sinistros de severidade, típicos das operações de grandes riscos, onde variações nas estimativas podem ser expressivos ao longo da regulação dos sinistros, por conta da complexidade inerentes ao negócio. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais brutos de resseguro (Incorridos + IBNR):

Ano de ocorrência (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Até a data-base	5.965	141.095	15.508	164.159	290.194	44.977	47.733	83.736	82.421	135.128	58.209	46.003
Um ano mais tarde	468	95.706	40.521	162.075	242.387	101.032	88.631	59.673	86.696	390.366	29.952	-
Dois anos mais tarde	1.044	100.652	51.695	172.728	233.901	104.871	84.904	36.618	87.241	581.013	-	-
Três anos mais tarde	1.044	116.903	15.178	164.775	188.794	83.433	22.181	31.732	91.608	-	-	-
Quatro anos mais tarde	236	206.287	6.816	166.288	163.300	80.234	30.564	30.410	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.327	212.505	6.809	163.179	156.364	80.048	19.889	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.588	211.873	6.825	165.144	156.683	80.318	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.946	212.512	6.843	166.084	156.624	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	2.116	213.817	52.361	166.087	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	2.385	215.100	44.793	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	2.666	216.352	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos mais tarde	2.956	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2025	2.956	216.352	44.793	166.087	156.624	80.318	19.889	30.410	91.608	581.013	29.952	46.003

Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Até a data-base	(17)	(621)	(1.020)	(75.849)	(25.981)	(2.856)	(202)	(6.660)	(46.425)	(14.767)	(2.280)	(2.217)
Um ano mais tarde	(154)	(81.370)	(2.043)	(118.369)	(150.116)	(13.949)	(623)	(23.062)	(56.695)	(33.363)	(7.864)	-
Dois anos mais tarde	(156)	(89.585)	(2.043)	(144.684)	(152.021)	(17.479)	(4.146)	(26.405)	(74.906)	(36.152)	-	-
Três anos mais tarde	(156)	(89.585)	(3.733)	(155.420)	(152.021)	(78.712)	(4.805)	(29.354)	(79.653)	-	-	-
Quatro anos mais tarde	(156)	(202.085)	(3.733)	(158.706)	(152.021)	(79.817)	(4.973)	(29.354)	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	(156)	(203.255)	(6.683)	(161.589)	(152.021)	(79.929)	(11.302)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	(156)	(203.255)	(6.683)	(162.213)	(152.021)	(79.929)	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	(156)	(203.255)	(6.683)	(162.218)	(154.748)	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	(156)	(203.255)	(18.283)	(162.218)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	(156)	(203.255)	(44.770)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	(156)	(203.255)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos mais tarde	(156)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2025	(156)	(203.255)	(44.770)	(162.218)	(154.748)	(79.929)	(11.302)	(29.354)	(79.653)	(36.152)	(7.864)	(2.217)

Provisão de sinistros a liquidar	2.800	13.097	23	3.869	1.876	110	8.029	418	7.176	539.724	15.023	27.181
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	279	558	638	4.779	5.137	7.065	16.605
Provisão de despesas relacionadas	1.030	5.023	139	-	-	13	2.298	36	1.577	452	598	938
Total de passivo	3.830	18.120	162	3.869	1.876	402	10.885	1.092	13.532	545.313	22.686	44.724

Ano de ocorrência (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	5.965	141.095	15.508	164.159	290.194	44.977	47.733	83.736	82.421	135.128	58.209
Um ano mais tarde	468	95.706	40.521	162.075	242.387	101.032	88.631	59.673	86.696	390.366	-
Dois anos mais tarde	1.044	100.652	51.695	172.728	233.901	104.871	84.904	36.618	87.241	-	-
Três anos mais tarde	1.044	116.903	15.178	164.775	188.794	83.433	22.181	31.732	-	-	-
Quatro anos mais tarde	236	206.287	6.816	166.288	163.300	80.234	30.564	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.327	212.505	6.809	163.179	156.364	80.048	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.588	211.873	6.825	165.144	156.683	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.946	212.512	6.843	166.084	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	2.116	213.817	52.361	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	2.385	215.100	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	2.666	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	2.666	215.100	52.361	166.084	156.683	80.048	30.564	31.732	87.241	390.366	58.209

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	(17)	(621)	(1.020)	(75.849)	(25.981)	(2.856)	(202)	(6.660)	(46.425)	(14.767)	(2.280)
Um ano mais tarde	(154)	(81.370)	(2.043)	(118.369)	(150.116)	(13.949)	(623)	(23.062)	(56.695)	(33.363)	-
Dois anos mais tarde	(156)	(89.585)	(2.043)	(144.684)	(152.021)	(17.479)	(4.146)	(26.405)	(74.906)	-	-
Três anos mais tarde	(156)	(89.585)	(3.733)	(155.420)	(152.021)	(78.712)	(4.805)	(29.354)	-	-	-
Quatro anos mais tarde	(156)	(202.085)	(3.733)	(158.706)	(152.021)	(79.817)	(4.973)	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	(156)	(203.255)	(6.683)	(161.589)	(152.021)	(79.929)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	(156)	(203.255)	(6.683)	(162.213)	(152.021)	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	(156)	(203.255)	(6.683)	(162.218)	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	(156)	(203.255)	(18.283)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	(156)	(203.255)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	(156)	(203.255)	(18.283)	(162.218)	(152.021)	(79.929)	(4.973)	(29.354)	(74.906)	(33.363)	(2.280)

Provisão de sinistros a liquidar	2.510	11.845	34.078	3.866	4.662	119	25.579	679	7.102	343.926	36.547
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	12	1.699	5.233	13.077	19.382
Provisão de despesas relacionadas	732	3.619	15	21	679	-	2.210	149	1.225	1.783	1.016
Total de passivo	3.242	15.464	34.093	3.887	5.341	119	27.801	2.527	13.560	358.786	56.945

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros ocorridos contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Tabela de desenvolvimento de sinistros Administrativos e judiciais líquidos de resseguro (Incorridos + IBNR):

Ano de ocorrência (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Até a data-base	1.225	3.077	2.797	13.264	8.078	2.821	3.007	13.151	24.640	8.924	7.504	5.015
Um ano mais tarde	171	2.599	963	10.805	5.080	836	241	12.254	25.460	6.566	4.774	-
Dois anos mais tarde	171	2.717	1.573	12.248	3.718	969	676	11.974	25.939	6.183	-	-
Três anos mais tarde	171	3.723	1.483	12.253	6.861	890	146	12.093	28.472	-	-	-
Quatro anos mais tarde	48	3.817	1.458	12.257	3.294	823	157	12.012	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	426	5.316	1.455	11.019	1.620	824	301	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	504	5.028	1.455	11.471	1.657	911	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	617	4.987	1.456	11.747	1.685	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	668	5.277	1.567	11.748	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	755	4.206	1.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	846	4.206	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos mais tarde	941	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2025	941	4.206	1.548	11.748	1.685	911	301	12.012	28.472	6.183	4.774	5.015

Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Até a data-base	(7)	(416)	(689)	18.190	9.045	722	(3)	(3.686)	(20.218)	(1.306)	(619)	(1.371)
Um ano mais tarde	(48)	(1.064)	(858)	(9.524)	9.034	(304)	810	(11.163)	(21.516)	(4.176)	(2.637)	-
Dois anos mais tarde	(48)	(1.091)	(858)	(10.635)	8.913	(160)	(109)	(11.595)	(22.724)	(4.677)	-	-
Três anos mais tarde	(48)	(1.091)	(858)	(10.671)	(1.132)	(414)	(110)	(11.750)	(24.563)	-	-	-
Quatro anos mais tarde	(48)	(2.455)	1.542	(10.687)	(1.132)	(760)	773	(11.750)	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.448)	(10.697)	(1.132)	(820)	(131)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.448)	(10.704)	(1.132)	(820)	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.448)	(10.707)	(1.167)	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.477)	(10.707)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.543)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	(48)	(2.806)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Onze anos mais tarde	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2025	(48)	(2.806)	(1.543)	(10.707)	(1.167)	(820)	(131)	(11.750)	(24.563)	(4.677)	(2.637)	(1.371)

Provisão de sinistros a liquidar	893	1.400	5	1.041	518	4	9	116	3.351	585	843	950
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	87	161	146	558	921	1.294	2.694
Provisão de despesas relacionadas	306	1.081	2	-	-	3	7	12	802	74	346	212
Redução ao valor Recuperável	4	8	-	5	3	-	-	1	18	3	4	5
Total de passivo	1.203	2.489	7	1.046	521	94	177	275	4.729	1.583	2.487	3.861

Ano de ocorrência (**)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Até a data-base	1.225	3.077	2.797	13.264	8.078	2.821	3.007	13.151	24.640	8.924	7.504
Um ano mais tarde	171	2.599	963	10.805	5.080	836	241	12.254	25.460	6.566	-
Dois anos mais tarde	171	2.717	1.573	12.248	3.718	969	676	11.974	25.939	-	-
Três anos mais tarde	171	3.723	1.483	12.253	6.861	890	146	12.093	-	-	-
Quatro anos mais tarde	48	3.817	1.458	12.257	3.294	823	157	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	426	5.316	1.455	11.019	1.620	824	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	504	5.028	1.455	11.471	1.657	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	617	4.987	1.456	11.747	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	668	5.277	1.567	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	755	4.206	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	846	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	846	4.206	1.567	11.747	1.657	824	157	12.093	25.939	6.566	7.504

Ano de pagamento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Até a data-base	(7)	(416)	(689)	18.190	9.045	722	(3)	(3.686)	(20.218)	(1.306)	(619)
Um ano mais tarde	(48)	(1.064)	(858)	(9.524)	9.034	(304)	810	(11.163)	(21.516)	(4.176)	-
Dois anos mais tarde	(48)	(1.091)	(858)	(10.635)	8.913	(160)	(109)	(11.595)	(22.724)	-	-
Três anos mais tarde	(48)	(1.091)	(858)	(10.671)	(1.132)	(414)	(110)	(11.750)	-	-	-
Quatro anos mais tarde	(48)	(2.455)	1.542	(10.687)	(1.132)	(760)	773	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.448)	(10.697)	(1.132)	(820)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.448)	(10.704)	(1.132)	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.448)	(10.707)	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	(48)	(2.806)	(1.477)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	(48)	(2.806)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	(48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2024	(48)	(2.806)	(1.477)	(10.707)	(1.132)	(820)	773	(11.750)	(22.724)	(4.176)	(619)

Provisão de sinistros a liquidar	798	1.400	90	1.040	525	4	922	269	2.948	1.079	2.892
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	8	74	267	1.311	3.993
Provisão de despesas relacionadas	208	746	-	8	10	-	122	55	570	617	277
Redução ao valor Recuperável	4	8	-	5	3	-	6	1	16	6	18
Total de passivo	1.010	2.154	90	1.053	538	4	1.058	399	3.801	3.013	7.180

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros ocorridos contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

15. Provisões judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de "sinistro a liquidar judicial". A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	32.957	19.162
Reabertura	-	6.245
Reavaliação	5.061	8.407
Indenização	(5.513)	(563)
Cancelamento	(325)	(294)
Total	32.180	32.957

A Companhia possui 32 ações na qualidade de ré com probabilidade de perda possível e provável, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Natureza	Provável				Possível			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)	Quantidade de ações	Valor em risco (R\$)
Cível	15	1.109	-	-	15	55.377	43	63.230
Trabalhista	-	-	-	-	2	953	1	588
Total	15	1.109	-	-	17	56.330	44	63.818

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$133.525 representado por 69.151.585 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo nº 199 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e outras reservas de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício correspondente a 5% do lucro pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para outras reservas de lucros, conforme critérios preestabelecidos pela Lei das S.A.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio (JCP)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária e constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos e JCP apresenta-se conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	52.957	43.380
Destinação para reserva legal – 5%	(2.648)	(2.169)
Base para distribuição de dividendos	50.309	41.211
Constituição de outras reservas:		
Base para distribuição de dividendos	50.309	41.211
Juros sobre capital próprio (JCP) bruto de IR*	22.000	17.491
Total de outras reservas	28.309	23.720
Excedente de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos distribuídos:		
Juros sobre capital próprio (JCP) líquido de IR*	18.700	14.867
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	12.577	10.303
Total de excedente de JCP e dividendos distribuídos	6.123	4.564
Destinação dos lucros líquidos:		
Reserva legal – 5%	2.648	2.169
Outras reservas	28.309	23.720
Juros sobre capital próprio (JCP) bruto de IR*	22.000	17.491
Total da destinação dos lucros líquidos	52.957	43.380

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia creditou JCP dentro dos limites fiscais nos valores de R\$ 22.000 e R\$ 17.491 (bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, e de R\$ 18.700 e R\$ 14.867 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. O JCP é contabilizado como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	274.650	270.030
Ajustes contábeis	(17.138)	(19.294)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	23.874	17.123
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(147)	(500)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	281.239	267.359
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	33.934	25.346
Capital adicional de risco operacional	8.108	7.915
Capital adicional de risco de crédito	42.635	39.835
Capital adicional de risco de mercado	8.329	9.443
Benefício da diversificação	(15.585)	(14.326)
Capital de risco - CR (b)	77.421	68.213
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	77.421	68.213
Patrimônio líquido ajustado	281.239	267.359
(-) Exigência de capital - EC	77.421	68.213
Suficiência de capital - R\$	203.818	199.146
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	363,3%	391,9%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programa do primeiro plano de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em 19 de dezembro de 2014 foi aprovado, em reunião do comitê de gestão, o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em 18 de março de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. As condições gerais de outorga foram as mesmas em relação ao primeiro plano de opção de compra de ações que se encontram divulgadas acima.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções. Além disso, na mesma reunião, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em 5 de setembro de 2016, em reunião do comitê de gestão, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano com a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As 25.698.206 opções representam uma diluição de até 8,1% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 4.250 (R\$ 4.483 em 31 de dezembro de 2024).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

		Ativo	
		31/12/2025	31/12/2024
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)		40.748	39.237
Total		40.748	39.237
		Passivo	
		31/12/2025	31/12/2024
Austral Participações S.A. - Controladora (b)		18.700	14.867
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)		94.627	64.457
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)		51	38
Administradores - Outros (d)		34	385
Total		113.412	79.747
		Receita	
		31/12/2025	31/12/2024
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)		11.533	24.409
Administradores - Outros (d)		392	468
Total		11.925	24.877
		Despesa	
		31/12/2025	31/12/2024
Austral Resseguradora S.A. - Coligada (a)		(75.556)	(62.021)
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)		(518)	(429)
Administradores - Outros (d)		(7.303)	(7.168)
Outras partes relacionadas (e)		(26)	-
Total		(83.403)	(69.618)

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros;
(b) Valor referente JCP a pagar (líquido de impostos).
(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia;
(d) Valor referente a remunerações pagas e a pagar aos administradores (diretoria estatutária) e seguro emitidos e a restituir (pessoal chave); e
(e) Valor referente a prêmios restituídos a outras partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão reconciliados, como se segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	70.941	70.941	59.071	59.071
Alíquota nominal	25,0%	15,0%	25,0%	15,0%
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	17.735	10.641	14.768	8.861
<u>Adições e exclusões permanentes:</u>				
Contribuições não compulsórias	(31)	(19)	(19)	(12)
Receita com atualização de débitos tributários	944	567	417	250
Incentivos Fiscais	494	-	524	-
Juros Sobre Capital Próprio	5.500	3.300	4.373	2.624
Outras	(233)	(155)	(128)	(91)
Total	6.674	3.693	5.167	2.771
Constituição/Reversão de Crédito Tributário	(3)	28	-	-
IRPJ e CSLL correntes	(8.703)	(5.504)	(11.676)	(7.336)
IRPJ e CSLL diferidos	(2.361)	(1.416)	2.075	1.246
Total das despesas com IRPJ e CSLL	(11.064)	(6.920)	(9.601)	(6.090)
Alíquota efetiva	15,6%	9,7%	16,3%	10,3%

(*) No resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a despesas com participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 7.146. (R\$ 7.561 em 31 de dezembro de 2024).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	52.957	43.380
Média ponderada das ações	69.152	69.152
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,7658	0,6273

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía fatores diluidores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade % (a)		Índice de comercialização % (b)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Garantia	234.125	213.126	1,4	1,1	21,8	22,3
Responsabilidade Civil Geral	6.109	6.456	16,0	13,2	20,0	20,1
R.C. Administradores e Diretores	12.004	20.586	(2,2)	7,0	14,7	9,4
R.C. Riscos Ambientais	487	598	15,4	33,2	16,2	15,9
Responsabilidade Civil Profissional	7.245	7.011	35,5	62,7	19,1	20,5
Riscos de Petróleo	866.132	896.773	27,7	25,1	0,5	0,6
Outros*	17	36.800	(132.087,5)	176,9	19,4	1,1
Total	1.126.119	1.181.350	19,9	25,4	5,3	4,9

(a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros - salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Ramos	Prêmio Direto Líquido de Cosseguro Cedido		Prêmio Cedido Resseguro		Seguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Garantia	335.708	235.456	(170.302)	(117.965)	165.406	117.491	49,3	49,9	50,7	50,1
R.C. Administradores Diretores	12.511	13.954	(7.175)	(8.664)	5.336	5.290	42,7	37,9	57,3	62,1
R.C. Riscos Ambientais	440	474	(165)	(153)	275	321	62,5	67,7	37,5	32,3
R.C. Profissional	9.262	6.578	(2.715)	(3.268)	6.547	3.310	70,7	50,3	29,3	49,7
Responsabilidade Civil Geral	6.074	6.532	(1.138)	(1.359)	4.936	5.173	81,3	79,2	18,7	20,8
Riscos de Petróleo	839.416	1.138.547	(817.100)	(1.107.335)	22.316	31.212	2,7	2,7	97,3	97,3
Outros*	-	(1.034)	199	1.017	199	(17)	-	1,6	-	98,4
Total	1.203.411	1.400.507	(998.396)	(1.237.727)	205.015	162.780	17,0	11,6	83,0	88,4

Ramos	Prêmio Emitido Cosseguro Aceito		Prêmio Cedido Resseguro		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Garantia	9.268	50.364	(3.989)	(21.994)	5.279	28.370	57,0	56,3	43,0	43,7
R.C. Administradores Diretores	2.647	7.751	(1.114)	(5.420)	1.533	2.331	57,9	30,1	42,1	69,9
R.C. Riscos Ambientais	101	113	(45)	(51)	56	62	55,4	54,9	44,6	45,1
R.C. Profissional	530	800	(140)	(258)	390	542	73,6	67,8	26,4	32,3
Responsabilidade Civil Geral	14	100	-	-	14	100	100,0	100,0	-	-
Riscos de Petróleo	590	4.440	(468)	(3.770)	122	670	20,7	15,1	79,3	84,9
Outros*	16	4	(10)	(2)	6	2	37,5	50,0	62,5	50,0
Total	13.166	63.572	(5.766)	(31.495)	7.400	32.077	56,2	50,5	43,8	49,5

Ramos	Prêmio Risco Vigente Não Emitido - RVNE		Prêmio Cedido Resseguro de RVNE		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Garantia	1.041	1.936	(335)	(820)	706	1.116	67,8	57,6	32,2	42,4
R.C. Administradores Diretores	(6.972)	(1.098)	5.325	1.347	(1.647)	249	23,6	(22,7)	76,4	122,7
R.C. Riscos Ambientais	(16)	(13)	11	9	(5)	(4)	31,3	30,8	68,8	69,2
R.C. Profissional	608	(296)	(340)	221	268	(75)	44,1	25,3	55,9	74,7
Responsabilidade Civil Geral	336	169	(39)	36	297	205	88,4	121,3	11,6	(21,3)
Riscos de Petróleo	17.875	(302.471)	(16.796)	293.914	1.079	(8.557)	6,0	2,8	94,0	97,2
Outros*	-	(489)	-	389	-	(100)	-	20,4	-	79,6
Total	12.872	(302.262)	(12.174)	295.096	698	(7.166)	5,4	2,4	94,6	97,6

*Os ramos não relevantes são: Transportes, Riscos Marítimos, Riscos Nomeados e Operacionais, Lucros Cessantes, Compreensivo Empresarial e Riscos de Engenharia

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2025	31/12/2024
Resseguradora local	(728.730)	(507.915)
Resseguradora admitida	(133.946)	(246.071)
Resseguradora eventual	(153.660)	(220.140)
Total	(1.016.336)	(974.126)

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos direto	1.250.417	1.461.391
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	13.166	63.572
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(47.006)	(60.884)
Prêmio riscos vigentes não emitidos	12.872	(302.262)
Variação das provisões técnicas	(103.330)	19.533
Prêmios ganhos	1.126.119	1.181.350

b) Sinistros ocorridos

	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações diretas	(247.038)	(300.776)
Despesas diretas	(7.170)	(8.913)
Salvados e ressarcimentos	27.018	366
Redução ao valor recuperável - salvados e ressarcimentos	(722)	(366)
Recuperação de sinistro	(472)	10.138
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	4.342	(267)
Total	(224.042)	(299.818)

c) Custo de aquisição

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmios emitidos	(85.483)	(80.092)
Recuperação de comissão de cosseguro	7.940	7.947
Variação despesa de comercialização diferida	21.046	16.529
Outros custos de aquisição	(3.476)	(2.668)
Total	(59.973)	(58.284)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas com seguros	123	499
Tarifas bancárias	(37)	(79)
Inspeção de risco	(167)	(129)
Redução ao valor recuperável – Seguros	(9.882)	18.752
Redução ao valor recuperável – Resseguros	5.980	(19.191)
Despesas com operações de seguros	(1.223)	(1.008)
Total	(5.206)	(1.156)

e) Resultado com resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de indenização	244.367	288.838
Recuperação de despesas com indenização	6.024	6.743
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	(4.630)	(1.330)
Receita com participações em lucros	14.831	14.701
Prêmio cedido em resseguro	(1.016.336)	(974.126)
Repasse de salvados e ressarcimento	(26.772)	(283)
Provisão de prêmio não ganho	41.661	(63.279)
Redução ao valor recuperável - sinistro	561	282
Outros resultados com operações de resseguro	(832)	80
Total	(741.126)	(728.374)

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

f) Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(27.587)	(25.097)
Despesas com incentivo baseado em ações	(231)	(152)
Despesas com localização e funcionamento	(2.529)	(2.462)
Despesas com serviços de terceiros	(10.358)	(9.356)
Despesas com depreciação e amortização	(5.544)	(4.781)
Outras despesas	(2.176)	(2.434)
Total	(48.425)	(44.282)

g) Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com COFINS	(11.363)	(12.419)
Despesas com PIS	(2.017)	(2.306)
Taxa de fiscalização	(1.103)	(1.103)
Outras despesas	(595)	(373)
Total	(15.078)	(16.201)

h) Resultado financeiro

Receitas

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos mensurados ao VJR	26.854	41.428
Títulos mensurados ao VJORA	32.916	19.959
Com operações de seguros	184.134	315.317
Valorização cambial do disponível	2.806	5.981
Ajuste derivativos - futuro	5.882	20.919
Outras receitas	3.808	1.688
Total das receitas	256.400	405.292

Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos mensurados ao VJR	(9.320)	(15.339)
Títulos mensurados ao VJORA	(9.926)	(1.933)
Com operações de seguros	(181.040)	(324.133)
Encargos com obrigações	(547)	(780)
Desvalorização cambial do disponível	(2.246)	(2.810)
Ajuste derivativos - futuro	(4.845)	(24.918)
Outras despesas	(2.658)	(1.982)
Juros sobre capital próprio	(22.000)	(17.491)
Total das despesas	(232.582)	(389.386)

Total

	31/12/2025	31/12/2024
	23.818	15.906

i) Resultado patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre capital próprio	22.000	17.491
Total	22.000	17.491

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

23. Responsáveis

Conselheiros:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro
André Machado Caldeira

Contadora:

Ana Carolina Gonçalves Schaefer
CRC RJ - 113827/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2029